

PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Autora
Geovania Freitas de Jesus

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO CECAP - ISCECAP

Resumo:

O artigo a ser apresentado pretende analisar as Políticas Públicas previstas nos programas governamentais direcionadas para o público da Educação de Jovens e Adultos - EJA, propondo uma abordagem crítica sobre a função dessa modalidade como resgate da autoestima marcado por negações e desrespeito a construção de conhecimentos e acesso a ele, desagua em um marco de construção da identidade desse sujeito que busca se emancipar para liberta –se e poder modificar a realidade. O objetivo deste trabalho é trazer a luz da história as ações direcionadas pelos programa Brasil Alfabetizado, compreendendo que a leitura e a escrita tem a função complementar e apresenta-se como meio de concretização do saber adquirido na vida dos Jovens e Adultos que dela fazem uso, com suas estratégias para se comunicarem e interagirem com o mundo.

Palavras-chave: Educação, jovens, adultos, identidade, leitura.

1. INTRODUÇÃO

A educação tem função fundamental para preparar a geração a *aprender a aprender*, a respeitar a vida, a natureza e *aprender a ser* humano sensível as necessidades da sociedade, *aprender a conviver* com a diversidade e *aprender a viver* em concordância consigo e com os outros.

O objetivo deste trabalho é compreender que a leitura, a escrita tem a função complementar e apresenta-se como meio de concretização do saber adquirido na vida dos Jovens e Adultos que dela fazem uso, bem como analisar a relevância das políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos como potencializador para promoção equalização idade série. Evidenciar as contribuições das diretrizes oferecidas para o público da Eja no estado da Bahia.

Considerando que a (EJA) tem como função básica a qualificação continua do aluno, e portanto, deverá promover um sentido na história dos sujeitos, para que compreendam a importância na vida em sociedade.

Sabe-se que educar é muito mais do que reunir pessoas num ambiente escolar e transmitir conhecimento pronto e acabado. É também papel do professor acreditar nas possibilidades do sujeito que busca, mesmo que tardiamente, o conhecimento como ponte para o crescimento pessoal e profissional.

Ler é um processo de atribuição de sentido ao texto, é construção do significado do texto pelo leitor. Para que a leitura possa ser objeto de ensino-aprendizagem, faz-se necessário que ela tenha sentido e objetivo para o aprendiz. Por isso, deve ser feito um trabalho que possibilite oferecer aos alunos textos autênticos, diversificados e de boa qualidade, desde o início da escolarização. E, é claro para formar bons leitores é necessário ter paixão pela leitura, provavelmente assim, conseguimos transmitir um pouco de paixão que temos aos nossos educandos, contagiando-os a serem apaixonados pela leitura, oferecendo-lhes oportunidades para que se transformem em leitores assíduos, o que constitui um direito que nem sempre tem merecido a devida atenção no âmbito escolar, onde o ato de ler tem se reduzido algumas vezes à mera decodificação.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho de investigação parte do pressuposto de que a verificação da ciência requer uma intencionalidade, deste modo a pesquisa será aplicada em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Feira de Santana – BA, desse modo, optou-se por um estudo de caso qualitativo, que consistirá no levantamento de informações e estudo a respeito de como as Políticas Públicas estão sendo efetivadas e se tem favorecido a construção da leitura e escrita na Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com Ruiz (1991), a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises. Um estudo de caso busca compreender a dinâmica dos processos constitutivos, envolvendo um diálogo do pesquisador com a realidade estudada. Ainda segundo este autor, as etapas que compõem a pesquisa de campo são: pesquisa bibliográfica, determinação de técnicas de coleta, registro e análise dos dados.

Após a pesquisa bibliográfica, segue a coleta de dados, que deve ser constantemente relacionada aos objetivos previamente estabelecidos, pois conforme (CERVO apud LAKATOS; MARCONI, 2007) “os objetivos podem definir o material a coletar, o tipo de problema e a natureza do trabalho”. Para a coleta de dados serão utilizadas as técnicas de entrevista e observação.

A entrevista e a observação utilizadas como técnicas para coleta de dados, ao mesmo tempo em que valorizam a presença do investigador, também dão espaço para que o sujeito investigado tenha liberdade de participar e enriquecer a investigação.

Por fim, o ato de investigação é um trabalho que requer do pesquisador um domínio no uso de um ou mais métodos e técnicas especializadas, por fundamentar a pesquisa científica de qualidade.

3. A VIVÊNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Pensar na educação de adultos é entender o processo histórico pelo qual a referida modalidade educativa passou a se delimitar enquanto programa educacional definido e estruturado, que atenda de forma consciente e completa as necessidades dos adolescentes, jovens e adultos os quais precisam de uma formação escolar específica que oportunize a efetivação de seus interesses pessoais e sociais de acordo com seu entorno e contexto buscando a superação de suas limitações (SOUZA, 1998).

Partindo-se do pressuposto que o Letramento é necessário para que o indivíduo seja capaz de atuar em diferentes contextos sociais desenvolvemos um diagnóstico que uma parcela dos alunos da Educação de Jovens Adultos da Escola Municipal João Marinho Falcão apresentam uma grande dificuldade na leitura e na escrita.

No que se refere às modalidades de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases normatiza a Educação de Jovens e Adultos e define, no art. 37, que a EJA será “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. De assegurar gratuitamente aqueles que não puderam estudar na idade regular “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”.

Em décadas passadas, a Educação de Jovens e Adultos sempre foi marcada pela realização de programas de caráter compensatório que não tinha espaço garantido nos sistemas oficiais de ensino. Foram campanhas, movimentos planos, cruzadas, etc., que visavam a atender e sanar as exigências do mercado em expansão.

Entretanto, só nas últimas duas décadas 90/2000 é que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, resolução CNE/CEB nº 1/2000, definem a EJA como modalidade da Educação Básica e como direito do cidadão, afastando-se das ideias de “compensação, suprimento” e assumindo a de “reparação e equidade e qualificação” o que representa uma conquista e um avanço.

Observa-se que a realidade do sistema educacional ainda não professa a inclusão de todos na Educação Básica e, principalmente, para aqueles que não tiveram acesso a essa educação na idade adequada, além de não garantir a qualificação progressiva como estabelece as diretrizes para a EJA.

Neste sentido percebemos que devido a uma combinação de fatores como acesso tardio, trajetória descontínua no processo escolar, repetência e evasão concorrendo para reduzir a progressão da aprendizagem dos alunos no ensino regular e a uma demanda de jovens trabalhadores que passam a frequentar a EJA, engrossa-se cada vez mais os índices de analfabetismo.

É mister salientar que não é preciso, apenas, garantir o acesso mas, sim, a definição de uma política pública consistente de financiamento que vise a atender às exigências da demanda com qualidade. Que os alunos da modalidade EJA vislumbrem uma educação voltada para o resgate da autoestima e a garantia dos direitos de aprendizagem.

A escrita é um processo cognitivo que ultrapassa sua mera estruturação, e a relação entre o que / como se escreve demonstra a perspectiva de onde se anuncia(contexto social, cultural e educacional) e a intencionalidade das escolhas linguísticas. A leitura por sua vez, transcende a simples decodificação, uma vez que pode ser entendida como um processo de (re) significação, o qual depende das atividades discursivas e das práticas sociais as quais os sujeitos tem acesso ao longo de seu processo histórico de socialização.

O ato de ler foi de tal forma se afastando da prática individual que a tarefa que hoje se solicita de profissionais da leitura, como professores, bibliotecários e animadores culturais, é exorcizarem o risco da alienação, muito embora eles possam acabar constituindo elo a mais na e agora inevitável cadeia de mediadores que se interpõem entre o leitor e o significado do texto. (LAJOLO, 2001, p.105)

Pensar alfabetização de jovens e adultos como necessária e indispensável para inclusão, melhoria da autoestima e regulador do fator ano/ idade é ter que compreender que esta é também uma educação inclusiva que vai além da reparação específica do aluno, tendo que entender o mundo da vida adulta, respeitos as diferenças e aproveitamento do tempo que foi perdido. Para Lajolo a leitura de livros de literatura é importante, pois o cidadão para exercer plenamente sua cidadania, precisa apossar-se da linguagem literária, alfabetizar-se nela, tornar-se seu usuário competente mesmo que nunca vá escrever um livro: mas porque precisa ler muito:

Cada leitor, na individualidade de sua vida, vai entrelaçando o significado pessoal de suas leituras com os vários significados, que ao longo da história de um texto, este foi se acumulando. Cada leitor tem a história de suas leituras, cada texto, a história das suas. (2001, p.106)

A necessidade de ingressar no mundo letrado e comunicar-se , faz com que o analfabeto passe a entender a importância da apropriação da escrita e leitura em sua vida e assim busque

alternativas para que possa adentrar no mundo das letras e, como um ato democrático, a escrita permite a igualdade quando o sujeito domina o seu uso.

Portanto, a aprendizagem da leitura e escrita são percebidas como mecanismos que determinam a aquisição de habilidades cognitivas. Desta maneira transforma – se em instrumentos através do qual o sujeito que se apropria destas competências se torna social e intelectualmente mais competente e, por consequência não sofreria discriminação.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA - BA

No município de Feira de Santana a Educação de Jovens e Adultos define sua identidade como modalidade da Educação Básica, sendo ofertada especialmente na rede pública que atende da alfabetização ao Ensino Médio, embora o atendimento, no âmbito municipal, se restrinja ao Ensino Fundamental.

A localização geográfica do município, importante entroncamento rodoviário da região Nordeste do Brasil, contribui para que seja um polo de atração, acolhendo imigrantes do interior, bem como viajantes de outros estados. Fato que favorece a continuidade de constantes índices de analfabetismo e demandas por escolarização apesar dos esforços dos governantes e da ampla mobilização da sociedade civil nas últimas décadas em busca de soluções para este problema educacional.

A Educação de Jovens e Adultos como oferta de modalidade de ensino, é algo novo nos Sistemas Municipais de Educação. É na Constituição de 1988, em disposições transitórias, que a lei incumbe os municípios e, supletivamente, os Estados e a União, de prover cursos presenciais para jovens e adultos. A LDB nº 9.394/96, na seção dedicada à educação básica de jovens e adultos, reafirma o direito destes a um ensino básico adequado às suas condições, e o dever público de oferecê-lo gratuitamente, na forma de cursos e exames supletivos.

Isto posto, como direito constitucional, observa-se que a realidade do sistema educacional ainda não professa a inclusão de todos na Educação Básica e, principalmente, para aqueles que não tiveram acesso a essa educação na idade adequada, além de não garantir a qualificação progressiva como estabelece as diretrizes para o EJA.

A taxa de analfabetismo cresceu de uma década para outra no município de Feira de Santana, uma constatação que é oriunda de uma combinação de fatores como acesso tardio, trajetória descontínua no processo escolar, repetência e evasão concorrendo para reduzir a

progressão da aprendizagem dos alunos no ensino regular e criar uma demanda de jovens trabalhadores que passam a frequentar a EJA, engrossando os índices de analfabetismo.

Por outro lado percebemos um decréscimo referente às matrículas, nos últimos anos, apesar de contarmos ainda com uma população expressiva de Jovens e Adultos em processo de escolarização (no Ensino Fundamental e Médio) através da EJA, pois já inseridos no mercado de trabalho a maioria só dispõe do turno noturno para estudar.

Frente a este atendimento, principalmente de jovens, a EJA ainda encontra outras condições no que se refere a infraestrutura, aos aspectos administrativo e pedagógico, que têm contribuído para o não atendimento de uma educação de qualidade com identidade própria.

No âmbito dos aspectos da infraestrutura e administrativo, deparamo-nos com questões relacionadas à carência de merenda escolar destinada para o público da EJA; material didático não apropriado ou escasso; espaços físicos inadequados principalmente com relação à iluminação e dificuldade de acesso à algumas unidades escolares seja por carência de transporte ou pela falta de segurança pública e acesso à tecnologia.

No que se refere ao aspecto pedagógico, cabe destacar que, apesar das ideias tão difundidas de Paulo Freire e outros teóricos desta área, ainda nos deparamos com metodologias descontextualizadas, sem uma organização didática que privilegie a formação desse sujeito que possui experiência de vida tão relevante a ser considerada nas práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA.

Percebemos que, muitas vezes, o profissional voltado para o trabalho com a EJA, em sua grande maioria, na formação inicial e continuada, foi direcionado ao trabalho com os chamados alunos “regulares”, não possuindo uma orientação específica para o atendimento destes alunos, por vezes, infantilizando-os, pois o mesmo conteúdo que é trabalhado pelo professor com as séries iniciais, ele é repassado para o adulto.

Apesar dos esforços das instâncias competentes para a capacitação continuada destes profissionais, esses dados evidenciam a necessidade de se definir uma política de redução do analfabetismo e do analfabetismo secundário com metas e objetivos pré-estabelecidos que garantam a continuidade e a qualidade de estudos dos egressos dos programas de alfabetização e dos jovens que são oriundos das evasões e reprovações do Ensino Fundamental, além de outros adultos que diante da exclusão do mundo tendo em vista o acesso à informação sentem-se pressionados a retomar seus estudos, e, ao lado disso, a adoção sistemática da oferta de cursos de extensão para a formação do profissional.

Um fator preponderante neste contexto é garantir que todos sejam alfabetizados nos primeiros níveis da EJA, pois os alunos oriundos dos projetos ou programas de alfabetização,

muitas vezes não conseguem adaptar-se ao ensino regular, seja por questões de infraestrutura, ou por questões pedagógicas. Mas o fato é que esse aluno que entra na EJA precisa ter as garantias mínimas de alfabetização, entendendo como “estar letrado” para que possa prosseguir bem nos outros níveis.

Tomando como referências as declarações das Conferências Internacionais de Educação, realizada pela UNESCO nas últimas décadas, partimos do princípio de que a aprendizagem é um direito permanente, constituindo-se em fator primordial para o desenvolvimento sustentável e equitativo, para a promoção da Cultura da Paz baseada na liberdade, justiça e respeito mútuo entre os cidadãos do mundo.

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos no município de Feira de Santana deve ser reconhecida como um direito fundamental para a conquista da cidadania e de melhoria na qualidade de vida da população.

A Educação de Jovens e Adultos está assegurada pelo artigo 208 da Constituição de 1988 quando afirma o dever do Estado com a educação para todos os cidadãos, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria, garantindo a oferta adequada às condições do educando.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 reafirma o direito dos Jovens e Adultos a um ensino básico, gratuito na forma de cursos (presenciais e semipresenciais) e exames supletivos.

Em consonância com esses princípios, temos, ainda, como suporte legal da EJA, a Resolução do CNE/CEB nº 1/2000 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

As Diretrizes Curriculares destacam que a EJA deve considerar o perfil dos alunos, sua faixa etária, conhecimentos e valores e propõe um modelo pedagógico que assegure equidade, reparação e qualificação.

O Conselho Estadual de Educação da Bahia, por meio da Resolução CEE 139/2001, regulamenta a oferta da EJA no âmbito estadual, reafirmando os direitos garantidos na LDBEN nº 9394/96 e fazendo referência à possibilidade de circulação dos estudos e seu prosseguimento em níveis mais avançados, inclusive com elaboração de projeto e cursos para esta modalidade.

No município de Feira de Santana a EJA fundamenta suas ações na legislação nacional e estadual, sendo regulamentada pela Resolução nº 004/2002 do Conselho Municipal de Educação, que determina que o Ensino Fundamental para Jovens e Adultos deve ser ofertado nas escolas municipais com a duração de cinco Estágios que garantam a continuidade dos

estudos aos alunos de forma sequenciada e anual. Cada Estágio corresponde a um ano letivo, estruturando-se da seguinte forma:

I Segmento: Estágios 1, 2 e 3 – Correspondentes às séries iniciais (1^a a 4^a) do Ensino Fundamental.

II Segmento: Estágios 4 e 5 – Correspondentes as séries finais (5^a a 8^a) do Ensino Fundamental.

A dinâmica da estrutura do curso caracteriza-se pela possibilidade de aproveitamento e/ou circulação e equivalência de estudos, conforme regulamento.

O currículo abrange disciplinas da Base Nacional Comum, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, assim como, componentes do quadro curricular, carga horária, organização didática, organização administrativa, organização escolar e disposições gerais que funcionam em conformidade com a legislação oficial citada.

A perspectiva do levantamento de dados é perceber como vem aumentando as questões geracionais e diminuindo a permanência desses sujeitos no Ensino da EJA. Tem sido crescente o número de adolescentes que adentram para a modalidade acima citada. Inúmeros conflitos são gerados em decorrência da diferença de agilidade. A permanência é uma fator em muitos casos incontrolável, tendo em vista que muitos estudantes ao se maticularem, iniciam seus estudos, porém não encontram forças para continuar e vencer uma história que em muitos casos foi marcada pela exclusão.

Outro aspecto que se configura nos dados é a vontade de aprender, os alunos da EJA, que permanecem na escola, demonstram que isso é por vontade própria de conseguirem modificar a sua realidade e não terem os mesmos exemplos de familiares, somados a necessidade de sobrevivência. Muitos querem que a escola lhe forneça soluções para seus problemas e descobre que por meio da educação, aquisição da leitura e escrita, a transformação virá, nesse território de compassos e descompassos que se caracteriza a modalidade de ensino percorrida neste trabalho

4. CONCLUSÕES

A alfabetização para o público que faz para da Educação de Jovens e Adultos tem sua contribuição para que o índice de analfabetismo diminua, há uma necessidade de políticas públicas direcionadas e mais eficazes. Tem sido umas das temáticas com um menor efeito no decorrer da história do sistema educacional

Os problemas de alfabetização, leitura e produção textual são frequentes no âmbito educacional brasileiro, em especial, quando se trata da EJA, o que pode ser visto como consequência, dentre outros fatores, a restrição da formação do conhecimento alfabético.

Não dá para desenvolver um sujeito autônomo, seja no aspecto intelectual ou moral, sendo dirigido todo tempo sobre o que aprender, como fazer e quando, restringindo, sem possibilita – lo a pensar sobre cada situação, planejar e opinar suas escolhas. A escola tem, portanto, papel principal em proporcionar aos educandos meios para que eles assimilem os mecanismos de apropriação de conhecimento, bem como fazê – lós atuantes nas lutas contra a desigualdades sociais, fazendo com que os mesmos atuem de maneira crítica e consciente sobre o espaço social.

REFERÊNCIA

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Câmara de Educação Básica. Resolução CEB1/2000* - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23ed. Cortez. São Paulo. 1989.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. 1990. Disponível em . Acesso em 20/8/2018.

